

Petição On-line

Petição:	Individual
Nome do 1º Peticionante ou de Pessoa Colectiva:	João Miguel Fernandes Rebelo
Morada:	
Local:	
Código Postal:	
Endereço Electrónico:	
Documento de identificação :	BI Nº            válido até:
Objecto sucinto da sua Petição:	Reflorestação do país e nova lei das sesmarias
Texto da sua Petição:	<p>Exmo Sr Presidente da Republica  Exmo Sra Presidente da Assembleia da Republica  Exmo Sr Primeiro Ministro Exma Sra Ministra da agricultura  Exmos Srs Lideres Parlamentares</p> <p><b>Petição nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição da Republica e ao abrigo da lei n.º43/90 ao Sr Presidente da Republica, à Sr(a) Presidente da Assembleia da Republica, ao Sr Primeiro Ministro, à Sra Ministra da Agricultura e à Assembleia da Republica.</b></p> <p>Uma economia baseada no sector terciário está condenada ao insucesso. A criação de riqueza vem dos sectores primários e secundários, exceptuando no sector terciário o turismo. Mesmo no turismo, num país como Portugal, uma vez que a quase totalidade de produtos consumidos pelos turistas são importados, na sua maioria a riqueza gerada não fica em Portugal, limitando assim o potencial de criação de riqueza deste sector.</p> <p>Só é possível criar riqueza com um forte sector primário e secundário, sendo que o potencial de riqueza do sector secundário será maior quanto maior for o sector primário nacional fornecedor de matéria primas à industria nacional, assim como o potencial de criação de riqueza do sector primário nacional será tanto maior quanto mais forte for a industria nacional, sector secundário, que lhes satisfaça as necessidade de maquinaria, adubos, rações entre outros bens.</p> <p>Se em algumas áreas, a questão de haver ou não sector primário, se deve à sorte ou azar geológico, como seja a sorte de ter no subsolo petróleo, ouro, etc. Na agricultura o enfraquecimento do sector primário deve-se essencialmente a dois erros políticos.</p> <p>O primeiro foi, logo a seguir ao 25 de Abril, a destruição do latifúndio. É impossível concorrer com os grandes latifúndios altamente mecanizados, não só da Europa mas como de outras partes do mundo. Um país que apostou no minifúndio, tendo mesmo</p>

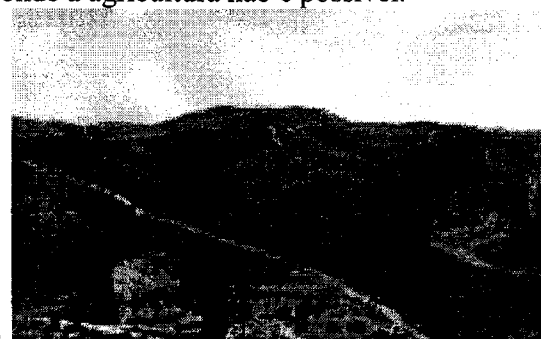
constitucionalmente proibido o latifúndio, onde por via das parcelas agrícolas serem demasiado pequenas o poder de mecanização é muito baixo e noutros casos nulo, um país onde a apanha da azeitona ainda é feito à vara e as batatas apanhadas à mão, por muito que trabalhe o agricultor vai ser sempre impossível competir se a agricultura não der um salto tecnológico.

O segundo erro político foi a política agrícola comum e os subsídios à destruição e não à plantação e produção.

É preciso criar leis e condições para fortalecer a agricultura nacional, incentivar o latifúndio (após alteração constitucional), acabar com os campos abandonados uma vez que nem todos os tipos de plantações necessitam de latifúndios para sobreviver. É inadmissível haver campos cultiváveis que podem ser rentáveis que estejam abandonados.

É preciso criar uma nova lei das Sesmarias que penalize, e muito fortemente, quem tenha terrenos agrícolas abandonados ou os não tenha num banco de terrenos já tão falado a sua criação e não concretizado.

Infelizmente para ter grandes latifúndios são necessárias grandes planícies, que no nosso território, à excepção do Alentejo, são raras. É verdade que a nossa topologia de terreno em muitos casos, devido a muitas serras, não é propício a implementação de grandes explorações agrícolas, mas mesmo assim estarmos muito abaixo do nosso potencial, no entanto somos um país propício à exploração florestal, nos terrenos onde a agricultura não é possível.



Estas imagens são tiradas no Algarve, na estrada que liga São Marcos da Serra a Silves, é impressionante como é que um país que está na miséria, que necessita desalmadamente de criar emprego, exportações e reforçar o sector primário, tem completamente desnudadas, não só esta serra Algarvia mas outras serras de norte a sul do país.

Não se pode só culpar só o governo central desta situação, mas também o poder local uma vez que estes são os olhos do governo central nos seus municípios. Não todos os autarcas,

mas uma grande parte, com a facilidade de acesso ao crédito por parte das autarquias, desenvolveram os seus municípios baseados na política do betão, asfalto e rotunda, sem terem a preocupação de sustentarem essa política na criação de riqueza dos sectores primários e secundários, muito pouco têm feito para desenvolverem a agricultura ou floresta, mesmo quando não está nas suas mãos não têm feito a pressão que têm obrigação de fazer sobre o governo central.

Portugal pode ser um dos maiores produtores de madeira, para tal é necessário efectuar um plano de reflorestação do país para fins de exploração madeireira, baseado na plantação de madeiras nobres com valor internacional e não apenas em eucaliptos e resinosas. Muitas vezes a minha geração tem ouvido que herdámos uma pesada herança do antigo regime, mas não é menos verdade que uma das pesadas heranças que herdámos foi o ouro que o antigo regime deixou no banco de Portugal, que mesmo após por várias vezes já se ter vendido uma parte, ainda temos dessa herança 13 mil milhões de euros nos cofres do Banco de Portugal. Por outro lado a pesada herança que os políticos pós 25 de Abril vão deixar à geração seguinte será uma dívida astronómica que lhes limitará em muito o crescimento económico e as suas vidas, uma geração que será mais pobre que a nossa.

A reflorestação do país é de pouca exigência económica e com vantagem de poderem ser usados fundos comunitários, cria emprego durante a sua implementação e durante a sua exploração, ao invés do betão em vez de deixar dívidas às gerações futuras deixa riqueza. Temos bem como exemplo a herança que recebemos de D. Dinis, o pinhal de Leiria.

Pelo exposto solicito, por meio desta petição, que o governo e a Assembleia da República proceda a:

- 1) Que na próxima revisão constitucional seja alterado a alínea h do artigo 81º, para o seguinte texto: "reordenamento do minifúndio e incentivo do latifúndio".
- 2) Criação de um banco de terras de cultivo (já tão falado e nunca criado).
- 3) Penalização muito elevada para quem tem terras de cultivo abandonadas e sem estarem disponibilizadas no banco de terras.
- 4) Plano nacional de reflorestação do país para exploração madeireira, incidindo especialmente em espécies de alto valor internacional.